

DEFESA DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL GANHA SELO DE URGÊNCIA

PÁGINA 03

BIBLAD EM CURSO

PÁGINA 09

BIBLIOTECÁRIO NA PANDEMIA

PÁGINA 15



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

BOLETIM DA BIBLIOTECONOMIA
Nº 78 – ANO 13 – 18ª GESTÃO (2018/2021)

DIRETORIA

Presidente: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda – CRB-7/4166
| Vice-Presidente: Dalgiza Andrade Oliveria – CRB-6/1577
| Diretor Administrativo: Leonardo de Oliveira Cavalcante – CRB-15/662 | Diretora Técnica: Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB-10/881 | Diretora Financeira: Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque – CRB-15/001.

COMISSÕES PERMANENTES

CBEBP – Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas – Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB-10/881 (Coordenadora), Elizabeth Helena Braga Moreira – CRB-14/102, Maria Marta Sienna – CRB-9/759.

CDV – Comissão de Divulgação e Valorização Profissional – Alessandra Atti – CRB-8/6568 (Coordenadora de 2019 a 2020), Antonio Afonso Pereira Junior – CRB-6/2637 (coordenador 2021), Dalgiza Andrade Oliveria CRB-6/1577 e Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque CRB15/001.

CENF – Comissão de Ensino e Formação Profissional – Maria das Mercedes Apóstolo – CRB-8/5660 (Coordenadora) – Maria da Glória Serra Pinto de Alencar – CRB-13/267 – Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB-10/881

CEP – Comissão de Ética Profissional – Telma Socorro Silva Sobrinho – CRB-2/668 (Coordenadora), Cristian José Oliveira Santos Brayner – CRB-1/1812, Maria das Mercedes Apóstolo – CRB-8/5660. CFI – Comissão de Fiscalização – Regina Lúcia Freitas Holanda – CRB-3/808 (Coordenadora), Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353, Alessandra Atti – CRB-8/6568. CU – Comissão de Licitação – Maria das Mercedes Apóstolo – CRB-8/5660 (Coordenadora), Ailton Moreira da Rocha (Pregoeiro), Tatiana de Paula Martins de Souza (Autoridade Competente).

CLN – Comissão de Legislação e Normas – Cristian José Oliveira Santos Brayner – CRB-1/1812 (Coordenador), Antonio Afonso Pereira Junior – CRB-6/2637, Elizabeth Helena Braga Moreira – CRB-14/102

CTC – Comissão de Tomada de Contas – Maria Marta Sienna – CRB-9/759 (Coordenadora), Telma Socorro Silva Sobrinho – CRB-2/668, Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissão Temporária de Acessibilidade – Cristian José Oliveira Santos Brayner – CRB-1/1812 (Coordenador), Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB-10/881, Telma Socorro Silva Sobrinho – CRB-2/668, Maria da Glória Serra Pinto de Alencar – CRB-13/267.

Comissão Temporária de Gestão por Indicadores e Relatório para o TCU – Leonardo de Oliveira Cavalcante CRB-15/662 (Coordenador), Maria Marta Sienna – CRB-9/579, Regina Lucia Freitas Holanda – CRB-3/808.

FUNCIONÁRIOS

Roberto Barros Cardoso – Gerente Executivo | Leonardo Pimentel Bueno – Assessor Jurídico | Ailton Moreira da Rocha – Auxiliar Administrativo | Tatiana de Paula Martins de Sousa – Assistente Administrativa.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA – CFB

SRTVN Ed. Brasília Rádio Center, salas 1079/2079, CEP 70.719-900, Brasília-DF.
Telefones: (61) 3328-2896 / (61) 3328-2080
Fax (61)3328-2894.
www.cfb.org.br e cfb @cfb .org.br

BOLETIM DA BIBLIOTECONOMIA

Produção: Prefácio Comunicação | 31 3292 8660 | www.prefacio.com.br.
Jornalista responsável: Ana Luiza Purri RJP 05523/MG.
Reportagem: Ana Cláudia Vieira RJP 16631/MG

PALAVRA DO PRESIDENTE



Divulgação/CFB

MARCOS LUIZ CAVALCANTI DE MIRANDA CRB-7/4166

PRESIDENTE

NOVOS E ANTIGOS DESAFIOS DA BIBLIOTECONOMIA

Nesta edição do nosso Informativo, refletimos sobre a formação, a atuação e a contribuição do bibliotecário para a sociedade, bem como das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e do Sistema CFB/CRB.

Noticiamos a implantação do curso de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância em 12 IPES – fruto de um esforço coletivo de bibliotecários de todo o país, que resultou em uma parceria entre o CFB e a Capes – e salientamos a importância dessa medida para a formação de profissionais que, futuramente, atuarão no interior do Brasil.

Abordamos também o trabalho do bibliotecário em um contexto de distanciamento social, que exigiu capacidade de adaptação e, sobretudo, de inovação na forma de trabalhar e deu origem a conteúdos adequados ao ambiente on-line.

Também perguntamos: “o patrimônio bibliográfico e documental brasileiro está devidamente protegido”? Essa temática há muito nos preocupa e ganhou destaque em junho de 2021, quando gestores públicos, sem a devida assessoria, anunciaram o expurgo de 300 obras do acervo da Fundação Cultural Palmares. Essa ação suscitou bastante discussão junto aos profissionais da área, resultando em mobilização social, audiências públicas e tomada de providências por parte do CRB-1 e do CFB.

Reiteramos que o descarte inadvertido de material bibliográfico, além de representar um prejuízo histórico-cultural, constitui infração à legislação que regulamenta a nossa profissão. Só um bacharel em Biblioteconomia, com registro no respectivo conselho profissional, possui competência técnica para gerenciar unidades de informação e adotar medidas de classificação, catalogação, padronização de serviços e descarte de itens de um acervo.

Para evitar tal descalabro, estamos em contato permanente com o Congresso Nacional para acelerar a aprovação do PLS 28/2015, de autoria do senador Cristovam Buarque, que institui a Política Nacional de Bibliotecas.

Desejamos que apreciem nosso Informativo e convidamos a todos para contribuírem com as ações do Sistema CFB/CRB em favor da sociedade brasileira.

Boa leitura!

O PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL BRASILEIRO ESTÁ PROTEGIDO?

Especialistas das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia apontam brechas na atual legislação e abrem discussão sobre formas de tratar nacionalmente a questão

A discussão sobre o patrimônio bibliográfico e documental brasileiro ganhou um selo de urgência em junho de 2021, quando o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, anunciou a intenção de excluir 300 obras do acervo da entidade. No [relatório Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988 – 2019](#), produzido para justificar sua decisão, Camargo afirmou que as obras não atendiam à missão institucional da Fundação por serem “pautadas pela revolução sexual, pela sexualização de crianças, pela bandidolatria e por um amplo material de estudo das revoluções marxistas e das técnicas de guerrilha”.



Corremos o risco de nos tornarmos um país sem memória”

Como [apontou o presidente do CRB-1, Raphael da Silva Cavalcante](#), embora o nome técnico “relatório” tenha sido empregado, o documento não foi elaborado por profissionais da Biblioteconomia ou pautado por uma Política de Formação e Desenvolvimento de Acervo, uma exigência para as bibliotecas, em que o bibliotecário responsável descreve as diretrizes da formação do acervo.

Se por um lado a ação deliberada causou revolta, levando entidades como a Coalizão Negra por Direitos a [acionarem a justiça](#) para reverter a decisão, por outro abriu espaço para a indagação sobre o tratamento dado ao patrimônio bibliográfico e documental em todo o território nacional. A Fundação Palmares recebeu atenção da imprensa devido à sua representatividade junto à comunidade negra e pela simbologia político-ideológica do ato de Camargo, presidente da entidade desde 2019. Cabe perguntar, contudo, que outras decisões de mesmo peso estariam sendo tomadas à distância dos holofotes.

“Infelizmente, gestores públicos permitirem o desfazimento do material bibliográfico e documen-



Relatório foi produzido sem análise técnica para justificar a exclusão de 300 obras do acervo da Fundação Palmares

tal é uma prática em nosso país. Isso repercute no apagamento da memória das instituições e do próprio país. Há um impacto enorme na sociedade, considerando aspectos culturais, sociais, econômicos e educacionais. Corremos o risco de nos tornarmos um país sem memória diante de tanto descarte sem critério”, alerta Marcos Miranda, presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB).

DIFICULDADE

A grande pergunta é se existem ações efetivas de identificação, mensuração, documentação, proteção e preservação do patrimônio de livros e documentos brasileiros. Criar uma política única para estabelecer essas estratégias com repartição de responsabilidades entre governos federal, estaduais e municipais seria a solução?

O sociólogo e analista de políticas públicas Fernando Vaz explica que, normalmente, as políticas públicas são criadas também para evitar problemas graves como o ocorrido na Fundação Palmares, garantindo que os ocupantes de cargos públicos não possam adotar medidas contra o interesse público. Ou então, segundo o sociólogo, elas surgem pela evolução da consciência coletiva, o que é mais raro. “A Lei da Maria da Penha, por exemplo, é uma política pública que veio em resposta a um problema grave. O Brasil foi julgado internacionalmente e condenado a criá-la”, ilustra.

O estabelecimento de tais políticas é, no entanto, previsto pela própria Constituição Federal como

forma de concretizar os amplos objetivos de bem-estar social almejados no texto constitucional, que preveem acesso à saúde, à educação e à cultura, bem como a racionalidade do uso do dinheiro público, a preservação do patrimônio cultural, entre outros. “Toda e qualquer iniciativa executada pelo poder público com o objetivo de produzir alguma transformação social é definida como uma política pública”, define o sociólogo.

QUEBRA-CABEÇA

As políticas públicas podem se materializar por meio de diferentes instrumentos, como decretos, portarias e leis, ou até por meio de outras políticas públicas. No que se refere à legislação atual, no entanto, a proteção do patrimônio bibliográfico e documental é aparentemente falha. “A legislação defensiva é um quebra-cabeça de milhares de peças embaralhadas. Há normas estaduais, regras institucionais, uma lei que faz uma referência em determinada passagem... Falta uma visão de conjunto para fazer um encaixe entre essas peças”, aponta Ana



Arquivo pessoal/Divulgação

Ana Virgínia Pinheiro, bibliotecária e professora da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Virgínia Pinheiro, bibliotecária e professora da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Para a especialista, o primeiro passo para uma mudança seria resgatar as ideias do advogado, jornalista, escritor e fundador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Rodrigo Melo Franco de Andrade, referentes aos critérios fundamentais de uma legislação de patrimônio: primeiro, o sentido de proteção, que não se vê muito atualmente; em seguida, a consciência nacional de preservação. “Não adianta a gente formalizar uma política nacional por meio de uma legislação defensiva, que também é necessária, sem que se promova uma consciência nacional que envolva toda a população em torno do tema”, justifica.

Nesse sentido, a docente avalia que faltam melhores definições para contemplar todas as nuances do universo da memória escrita. “O próprio discurso do patrimônio bibliográfico e documental já exclui o museal, que é o termo aplicável ao objeto que deve ser preservado, como um livro em uma biblioteca

O ACERVO FOI DESCARTADO?

Conforme informações apresentadas pelo coordenador-geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC) da Fundação Cultural Palmares (FCP), Marco Frenette, à comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, durante diligência realizada na sede da FCP, em 30 de junho, o acervo anunciado anteriormente não será mais descartado. A Fundação foi também autuada pelo Conselho Regional de Biblioteconomia 1ª Região (CRB-1) pela falta de bibliotecário e, em resposta, um profissional deverá ser nomeado, informou o presidente do CRB-1, Raphael da Silva Cavalcante. Confira o [relatório](#) emitido pelo Conselho.



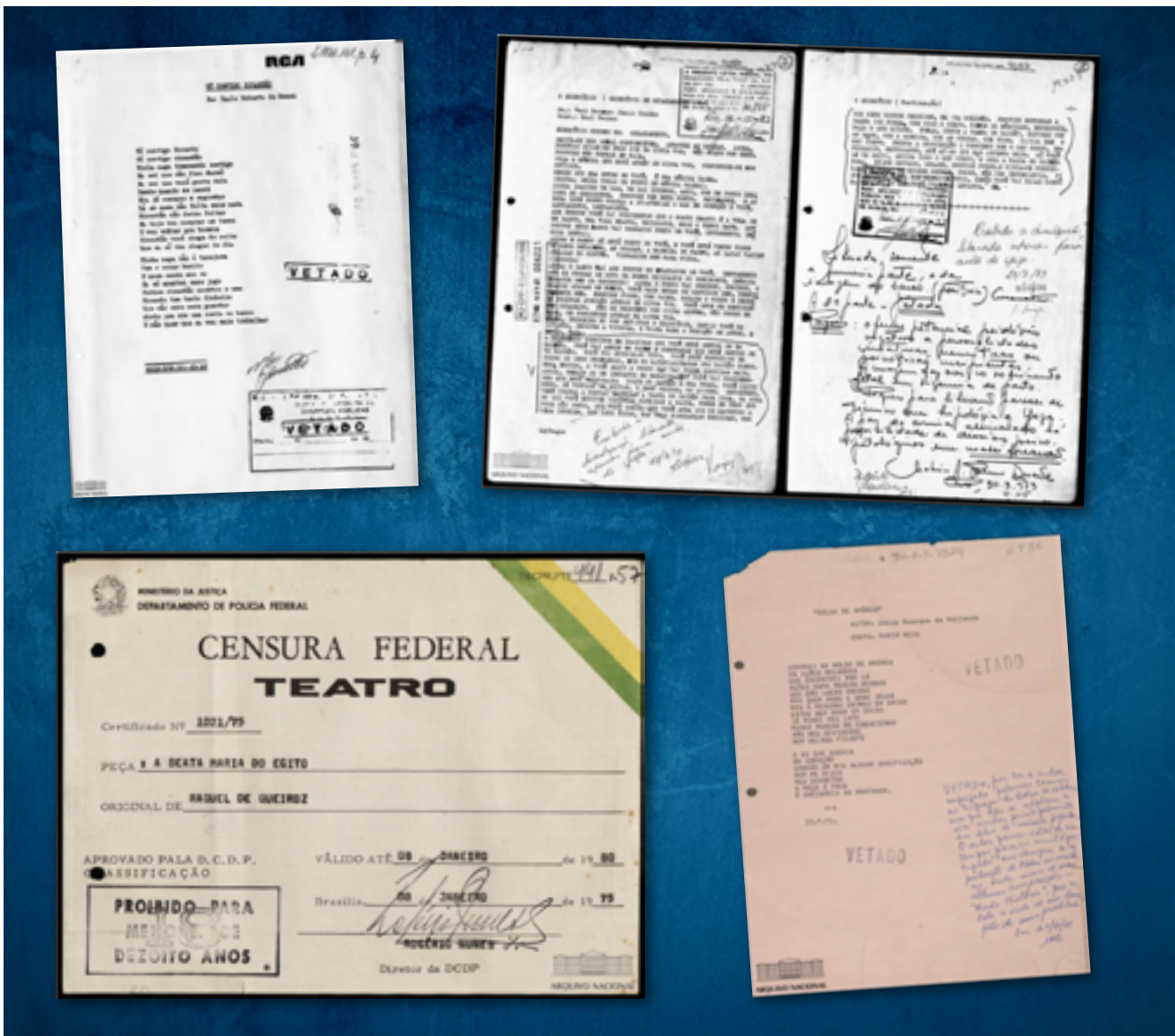
Bernardina Freire, professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

ou um documento em um arquivo. A literatura diz que o museal está incluído no documental, mas isso não é fato”, critica Ana Virgínia.

Isso pode ser visto na Portaria nº 259, de 2 de setembro de 2004, do Ministério da Cultura, que criou o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco (MoWBrasil), e na Portaria nº 61, de 31 de outubro de 2004, que não apresentam uma clara delimitação entre os termos patrimônio documental, patrimônio

arquivístico e patrimônio bibliográfico, usando-os muitas vezes como sinônimos, como explicam as pesquisadoras Renata Ferreira dos Santos, da Universidade de Ouro Preto (Ufop), e Alcenir Soares dos Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no [artigo Patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal](#).

“O trabalho conjunto dessas três áreas – Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia – fortalecerá a



Flickr Arquivo Nacional (domínio público)

Exemplos de documentos de censura emitidos durante o período da ditadura e atualmente sob guarda do Arquivo Nacional



Diná Marques Pereira Araújo, bibliotecária-documentalista da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

luta pela mensuração e preservação do patrimônio”, defende Ana Virgínia, lembrando as “Três Marias”, termo utilizado pela professora Johanna W. Smith para defini-las. “São trigêmeas, mas de aparências diferentes.”

Bernardina Freire, professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), defende que preservar esses patrimônios implica instituir um conjunto de documentos que permita compreender o presente e fortalecer as identidades. “Trabalho muito com mapeamento dos acervos, que envolve a situação em que se encontram e a orientação para preservá-los, além das possibilidades de estudos que eles compartilham. Devemos entender o conceito de patrimônio cultural sob a perspectiva material de um patrimônio arquivístico, biblioteconômico, museístico. Nesse último, essa compreensão é mais comum. Os outros [termos] precisam de mais atenção”, enfatiza.

Atualmente, segundo Marcos Miranda, a preservação do patrimônio bibliográfico é realizada a par-

tir das políticas estabelecidas pelas próprias instituições, tanto para patrimônios digitais como impressos. Na área de Museologia, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foi criado em 2009, por meio da [Lei nº 11.906](#), com a finalidade de substituir o Iphan na condução da [Política Nacional de Museus \(PNM\)](#) e na realização de melhorias dos serviços do setor. Por sua vez, o Arquivo Nacional, criado em 1838, é o órgão da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, destinado a implementar e a acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Isso deve ser feito por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, a exemplo dos documentos gerados em órgãos nacionais, como o próprio CFB.

Marcos Miranda explica que o Conselho Federal tem uma política para armazenamento de documentos internos e descarte que considera as três idades do documento (arquivos permanente, intermediário e corrente). “Um



Os poderes públicos não abrem espaço para financiamentos”



Beatriz Kushnir, doutora em história pela Unicamp e professora do programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Unirio

arquivo corrente pode passar de corrente a intermediário até ser feita a investigação para definir sua permanência ou não. Se for permanente, ele é recolhido pelo Arquivo Nacional. Então, essa é uma excelente iniciativa para a preservação da memória dos órgãos públicos”, acredita o presidente do CFB.

Falta justamente à área da Biblioteconomia uma entidade com as mesmas funcionalidades do Ibram e do Arquivo Nacional. “Apesar de a Biblioteca Nacional ser responsável pela guarda do patrimônio bibliográfico e intelectual do país, inclusive com as funções de curadoria, memória, conservação e preservação, não foi estabelecida uma política pública para tratar de todo acervo bibliográfico brasileiro”, pondera Miranda.

Aposentada como bibliotecária da Biblioteca Nacional, onde atuou de 1982 a 2020, ocupando também a função de curadora de Obras Raras, Ana Virgínia acredita que o não tratamento dos acervos das bibliotecas – universitárias, comunitárias etc. –, com sentido

de memória, é um entrave para a preservação dos patrimônios da área bibliográfica. “O conceito de biblioteca patrimonial, por exemplo, é aplicado quase que exclusivamente à Biblioteca Nacional, em função da missão comprometida dessa instituição com o patrimônio bibliográfico brasileiro. E isso é falho porque a memória, de fato, é social em todos seus níveis de alcance”, classifica.

A restauradora e conservadora de documentos gráficos Diná Marques Pereira Araújo, bibliotecária-documentalista da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), lembra que existem legislações em níveis federal, estadual e municipal, bem como ações institucionais e governamentais, direcionadas à proteção do patrimônio no Brasil. Entretanto, segundo ela, é necessária uma política que atenda à diversidade de questões ligadas ao patrimônio, pois ainda há lacunas para a proteção, inclusive do patrimônio bibliográfico e documental.

A QUESTÃO DO INVESTIMENTO

Além de definir princípios, conceitos, objetivos, como deve ser feito e por quem, uma política pública precisa dizer de onde virão os investimentos para viabilizar as ações definidas. “Muitas vezes isso fica sujeito a uma lei a ser criada posteriormente, o que torna o processo mais lento”, explica Fernando Vaz. Ou seja, quanto mais específica for uma política pública, mais rápida será sua execução e maior será a garantia de que os resultados serão alcançados.

Para Beatriz Kushnir, doutora em história pela Unicamp e professora do programa de Pós-Gra-

duação em Gestão de Documentos e Arquivos da Unirio, a previsão de investimento é a principal questão. “O que falta é investimento maciço e continuado para o planejamento e execução do controle desses acervos”, define, acrescentando que especificamente, na Lei de arquivos, nº 8.159/1991, há o dispositivo de como instituir as bases da política pública. “A Lei estabelece a constituição do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) – do qual participo desde 2015 – e é dentro desse Conselho que se espera a construção de políticas públicas para a área. Então, temos os instrumentos legais para tal. O que as instituições não têm são dotações orçamentárias robustas e estáveis na continuidade, para realizar o controle dos seus acervos.”

Bernardina Freire concorda. “Tenho dois pontos de vista: embora nós tenhamos [na área de arquivos] uma legislação consolidada, liderada pelo Conselho Nacional de Arquivos, os poderes públicos não abrem espaço para financiamentos.

E não adianta você ter uma política consolidada na normativa escrita quando não há recursos para que o sistema seja feito.”

Para ela, seria interessante a criação de uma normativa que determinasse um valor ou percentual mínimo de arrecadação voltado para projetos específicos de preservação patrimonial e disponibilização desses acervos para consulta pública. “Tivemos um avanço no governo Lula, mas, agora, estamos em decadência. O Museu Nacional fez inúmeros pedidos, mas não obteve retorno. Em seguida, veio a [tragédia](#) e perdemos cerca de 60% da história do país. [O Museu da Língua Portuguesa](#) foi outro caso. Esses exemplos são percebidos por serem grandes patrimônios, mas os menores são silenciados sem que a sociedade veja. Por exemplo, praticamente não existem arquivos tombados. Não há a compreensão de que são patrimônios. É necessário criar um movimento pela valorização desses itens”, opina Bernardina.

CONSTRUÇÃO CONJUNTA

O texto base do PLS 28 foi desenhado a partir de uma Comissão criada durante a 16ª Gestão do CFB (2013 – 2015), sendo seus membros Adelaide Ramos e Côrte (CFB), Marcos Miranda (CRB-7), Angélica Miranda (CRB-10), Eliane Moro (CFB), Helen Rozados (CFB). Por meio da então vice-presidente Adelaide Ramos e Côrte, foi solicitado pelo senador Cristovam Buarque a criação do projeto de lei que daria moldes ao PLS 28/2015. Após aprovação do texto na plenária do CFB, o projeto passou por consulta pública e discussão em seminários regionais para então seguir à votação na Câmara dos Deputados. A matéria foi aprovada novamente com realização de audiência pública e participação de várias entidades de classe, da Biblioteconomia e também de professores, pesquisadores e representantes da sociedade civil. No entanto, encontra-se estacionada desde 19 de junho de 2019, quando o relator da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador José Serra, incluiu uma emenda para tratar da origem dos recursos para execução das medidas previstas na lei. O tema deve ser tratado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

AÇÃO COLETIVA

A necessidade de união entre as áreas ligadas ao universo da memória nacional, a considerar não apenas áreas de Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia, mas todo o macrossistema, é uma unanimidade entre os especialistas. “Precisamos de uma ação coletiva entre as instituições para uma pactuação e por construções comuns de políticas públicas. Essas devem também, mas não somente, destinar verbas orçamentárias para tratar todas as etapas dos acervos, como: treinar mão de obra, realizar concursos públicos, oferecer suporte digital e tudo mais. Precisamos colocar o patrimônio na ordem do dia”, convida Beatriz.

E A POLÍTICA NACIONAL DE BIBLIOTECAS?

Embora não abarque a totalidade de soluções necessárias para a preservação do patrimônio bibliográfico e documental brasileiro, o Projeto de Lei do Senado nº 28/2015, que institui a Política Nacional de Bibliotecas, tem potencial para resolver alguns dos problemas básicos apontados pelos especialistas, a exemplo da falta de conceitualização dos termos empregados na área. “O PLS 28 trata das definições de bibliotecas, das definições de acervos de livros, da tipologia de bibliotecas, de pessoal, de políticas a serem estabelecidas relacionadas a bibliotecas. Há artigos que definem, por exemplo, que acervos, considerados desnecessários em uma determinada instituição, devam ser recebidos por outras entidades”, explica Miranda.



Fabio Rodrigues/Agência Brasil

O Projeto de Lei do Senado nº 28/2015 encontra-se parado desde 19 de junho de 2019

O projeto define melhor o escopo do patrimônio bibliográfico ao considerar como bens simbólicos aqueles de “cunho artístico, científico, cultural, histórico, técnico ou tecnológico, registrados em suportes materiais ou imateriais”, além “das coleções de livros e de outros documentos” e também “as informações disponíveis em qualquer mídia ou suporte, destinados à leitura, ao estudo e à pesquisa”. Já em seu parágrafo terceiro, define como “suportes materiais de enunciados” tudo o que for “escrito ou registrado em papiros, pergaminhos, papel, microfilmes e seus equivalentes, sejam eles apresentados em folhas soltas, rolos, códices, lâminas, livros, em todos seus formatos e dimensões”, bem como os formatos audiovisuais, a considerar “fixos ou em movimento, acompanhados ou não de gravações sonoras, fotografias, filmes, estampas e quaisquer outros materiais iconográficos”. Além disso, o PLS inclui, no artigo quarto, a “vedação, no que concerne aos seus serviços e coleções, de toda e qualquer forma de censura”.

Contudo, a questão dos mecanismos para preservação dos patrimônios listados fica ainda em aberto, salvo o que já é previsto no escopo de atuação da Biblioteca Nacional. “Quando percebemos que o PSL 28 poderia não dar conta de tudo, fizemos uma sugestão, na mesma linha do que é feito na Museologia, de se criar um Plano Nacional Setorial de Bibliotecas (Pnsb) que unificasse as políticas da área e estabelecesse medidas em curto, médio e longo prazos”, conta Miranda.

De acordo com ele, foi também solicitado à deputada Federal Érika Kokay (PT/DF) uma audiência pública para discutir a questão da política de patrimônio. Em outra frente, a 18ª Gestão do CFB também está organizando, dentro do Sistema CFB-CRB, um grupo de trabalho para discutir o assunto. “A criação desse grupo destina-se à melhor articulação de algumas ações políticas não só em termos da União e dos órgãos públicos federais, mas também estaduais e municipais. Estamos desenvolvendo algumas estratégias para que esse trabalho possa avançar”, adianta Miranda.

MAIS UMA ETAPA VENCIDA: BIBLIOTECONOMIA EM EAD É OFERTADA EM TODO O BRASIL

Após mais de uma década de elaboração cuidadosa, curso deverá atender à missão de formar profissionais capacitados a suprirem demanda do mercado

Adilson Andrade/Ascom UFS



Universidade Federal de Sergipe (UFS) foi a primeira a ofertar o curso BibEaD, em 2020

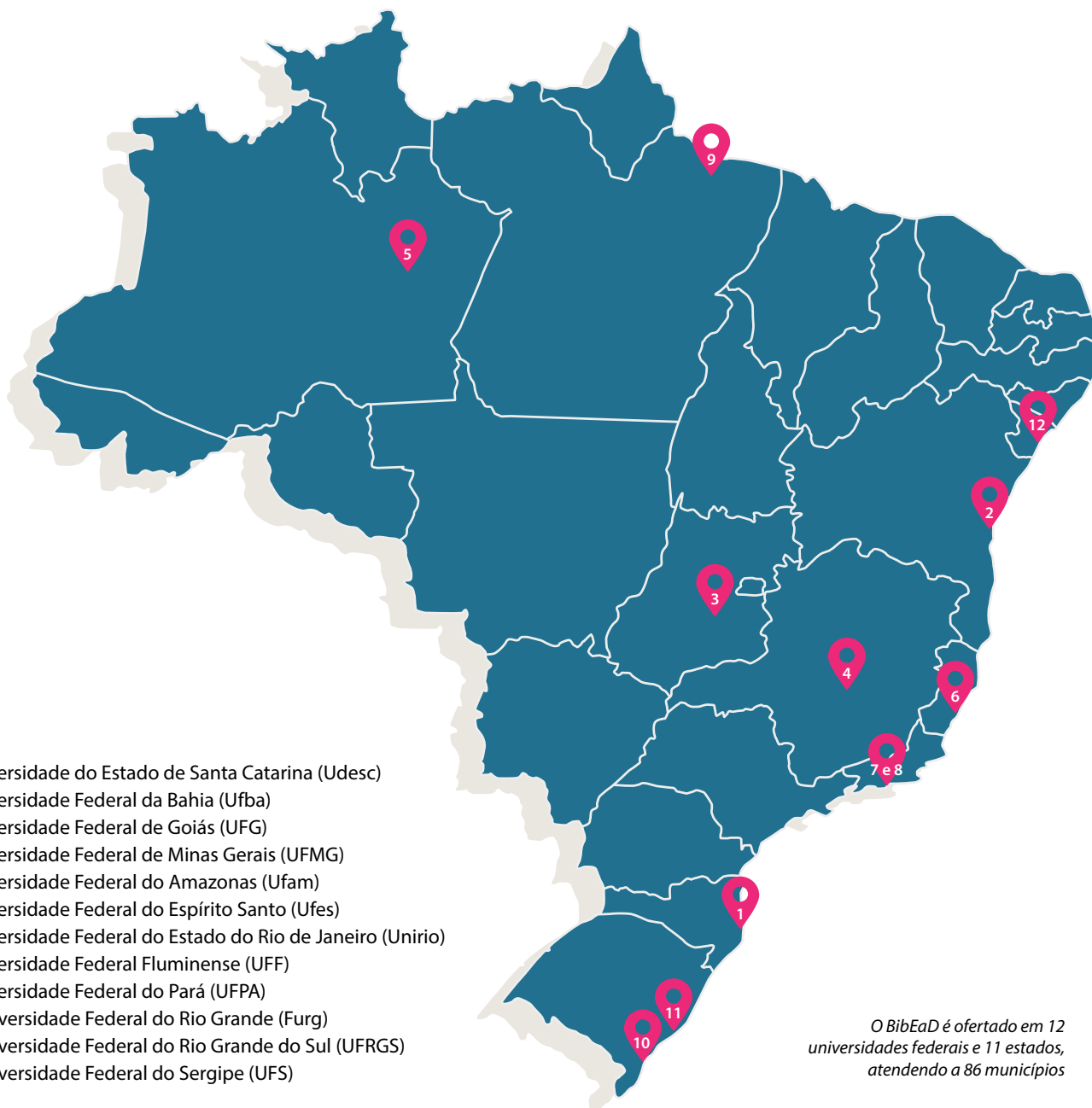
Resultado de um trabalho coletivo e horizontal, feito com auxílio de especialistas e professores de universidades federais e estaduais de todo o Brasil, o Curso Nacional de Bacharelado em Biblioteconomia, na modalidade a distância – o BibEAD –, já iniciou suas primeiras turmas. O curso foi criado dentro do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio de uma parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB).

Os dois primeiros cursos foram lançados em 2020, em plena pandemia, demonstrando a assertividade na elaboração desse projeto pedagógico, que se iniciou em 2008. “Estou bem entusiasmada. Não sabíamos exatamente como as coisas iam sair, como os alunos iam atuar, mas tivemos um bom retorno. No final do semestre, teremos uma reunião de encerramento, para levantar as dificuldades, falar dos desafios”, conta Telma de Carvalho, coordenadora no curso oferecido pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), o primeiro a ser



Arquivo pessoal/Divulgação

Telma Socorro Silva Sobrinho, coordenadora do curso de Biblioteconomia modalidade EaD da Universidade do Pará



1. Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)
2. Universidade Federal da Bahia (Ufba)
3. Universidade Federal de Goiás (UFG)
4. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
5. Universidade Federal do Amazonas (Ufam)
6. Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
7. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
8. Universidade Federal Fluminense (UFF)
9. Universidade Federal do Pará (UFPA)
10. Universidade Federal do Rio Grande (Furg)
11. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
12. Universidade Federal do Sergipe (UFS)

O BibEaD é ofertado em 12 universidades federais e 11 estados, atendendo a 86 municípios

lançado, em setembro passado. “No Pará, temos uma grande dificuldade de levar os profissionais para o interior”, explica Telma Socorro Silva Sobrinho, coordenadora do curso de Biblioteconomia modalidade EaD da Universidade do Pará.

No BibEaD UFS foram ofertadas 150 vagas, 25 para cada polo de educação a distância da UAB no estado. Atualmente, 114 alunos estão cursando o segundo semes-

tre. Os estudantes são residentes dos municípios de Estância, Japaratuba, Lagarto/Colônia 13, Nossa Senhora das Dores, Propriá e São Cristóvão.

BIBLIOTECÁRIOS NO INTERIOR

Formar bibliotecários para suprir a demanda do mercado, sobretudo em municípios interioranos

ou mais afastados dos centros urbanos, é justamente um dos objetivos do BibEaD. Conforme dados obtidos pela Capes junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2015, das 4.904 vagas ofertadas em cursos presenciais do país, 2.393 foram preenchidas, resultando em apenas 1.253 bacharéis. A maior parte desses profissionais, no entanto, reside em

DISPONIBILIDADE DE CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL COM O BIBEAD



10.971

vagas totais
(presenciais e EaD)



4.050

vagas
só em cursos EaD



2.690

novos bacharéis formados
pelo BibEaD até 2024

rar mais de 15 dias. “Nessa perspectiva, levar a Ufam até os municípios mais longínquos representará uma oportunidade ímpar para a população”, acrescenta a docente.



Recebemos semanalmente pedidos de novas ofertas de cursos”

DESAFIOS E AVALIAÇÕES POSITIVAS

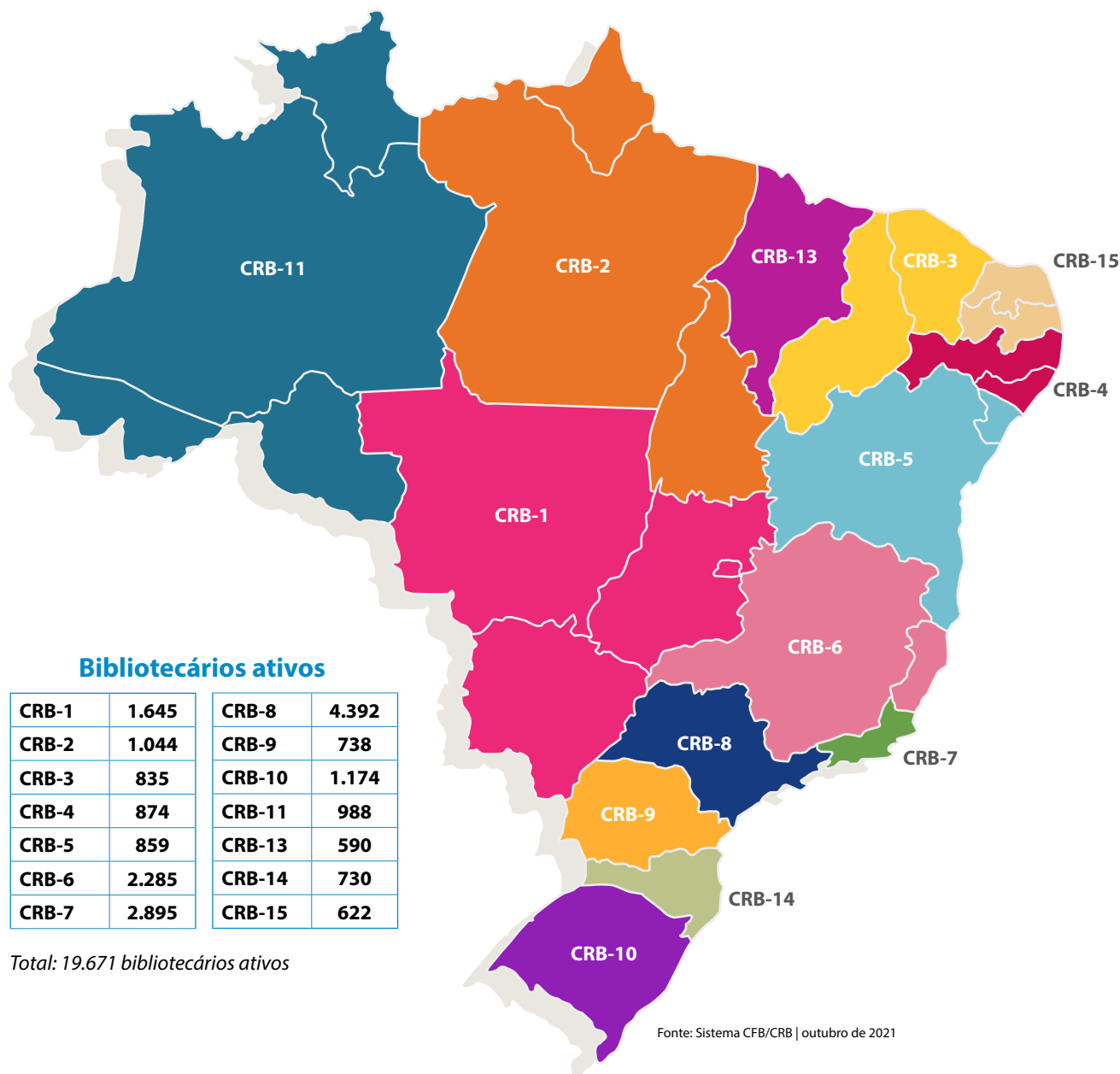
Em Goiás, são seis polos de atendimento ao curso: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Uruaçu, Cezarina, Jataí e Catalão. Ao todo, 150 estudantes foram selecionados. Andréa Santos, professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), acredita que o curso enfrentará o desafio da evasão, que é maior no ensino a distância do que no presencial. No entanto, ela destaca que professores e tutores têm atuado para resgatar estudantes em situação de possível desistência, por meio de várias ferramentas de comunicação (redes sociais, WhatsApp, e-mail, telefone



Andréa Santos, professora da Universidade Federal de Goiás (UFG)

e mensagens diretas na plataforma Moodle). Semanalmente, estudantes que não estejam acessan-

BIBLIOTECÁRIOS BRASILEIROS POR REGIONAL



do a plataforma são contatados para que as motivações sejam explicitadas e soluções possam ser identificadas.

No Rio de Janeiro, por sua vez, o curso é ofertado em duas Federais: na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal do Estado de Rio do

Janeiro (Unirio), onde é utilizada a infraestrutura tecnológica e administrativa da Fundação Cecierj, por meio do Consórcio Cederj. “O primeiro semestre terminou no dia 18 de julho e trouxe experiências e aprendizados muito válidos. O curso tem sido bem avaliado pelos discentes e pela Diretoria

Acadêmica do Cederj – inclusive, fomos escolhidos para sermos a incubadora de um projeto de acompanhamento de avaliação e design pedagógico. Outro ponto positivo é que recebemos, semanalmente, pedidos de novas ofertas do curso”, pontua a coordenadora do curso da Unirio prof^a Dayanne Prudencio.

JORNADA PELO MELHOR FORMATO

Apesar de as discussões terem se iniciado em 2008, o BibEaD também atende à Lei nº 12.244, de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino, com a presença e atuação do profissional bibliotecário em todas as bibliotecas instaladas nas escolas no país. “É muito prazeroso saber que vamos conseguir chegar a um lugar diferente com essas iniciativas, promovendo a implantação de bibliotecas, proporcionando acesso à informação e à leitura em várias partes do interior do Brasil”, comemora Marcos Miranda, presidente do CFB.

Ele relembra que a cooperação entre a Capes e o CFB para criação do BibEaD surgiu em 2008, quando a Capes procurou a entidade solicitando auxílio para a oferta de cursos técnicos em Biblioteconomia na modalidade a distância. Com uma visão clínica, a Comissão de Ensino do CFB da 14ª Gestão (jul. 2007-2009), por meio da presidente Nêmora Arlindo Rodrigues, fez a contraproposta de oferta de um curso de bacharelado. “A Capes gostou da ideia, e isso ocorreu também em função do projeto mobilizador de Bibliotecas Escolares elaborado pelo CFB, que reverberou na criação do projeto da Lei nº 12.444, bem como da Lei nº 13.601/2018, que define a necessidade de supervisão dos técnicos de Biblioteconomia por bibliotecários”, explica.

O projeto percorreu uma longa jornada até sua materialização. A Comissão de Ensino do CFB, constituída pelas então conselheiras federais Célia Regina Simonetti Barbalho, Henriette Ferreira Gomes e Helen Beatriz Frota Rozados, pas-

sou a integrar a Comissão Técnica da Capes, instituída para elaboração do Projeto Pedagógico Nacional (PPN). Somariam-se à equipe professores de instituições públicas federais e estaduais de todo o país.

INOVAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Concluída essa etapa, a Capes lançou um edital para a seleção da instituição que elaboraria o material didático. Ao todo, quatro universidades se candidataram, sendo selecionada a UFRJ. O trabalho foi coordenado pela professora Mariza Russo, falecida em 2017.

“Foi uma tramitação interessante porque esse material didático tinha um autor e um leitor, que fazia uma avaliação minuciosa do que era produzido. Posteriormente, era avaliado também pela comissão técnica constituída pelas professoras Célia Regina Simonetti Barbalho, Henriette Ferreira Gomes, Helen Beatriz Frota Rozados e Mar-



“Acreditamos que tão logo esses profissionais sejam diplomados, eles serão absorvidos pelo mercado de trabalho.”

ta Lúcia Pomim Valentim. Então, foi uma produção coletiva nacional. Algo muito inovador, exemplo de política pública nacional”, avalia o presidente do CFB.

O curso é oferecido em 12 universidades, selecionadas por edital, cujo principal critério era já integrar a UAB. A infraestrutura é robusta, conta com 57 disciplinas, professores dedicados a cada região, diretores de polos, coordenadores de disciplina e tutores, que acompanham os alunos mais de perto.

MERCADO DE TRABALHO

Assim que se formarem, os atuais estudantes do BibEaD encontrarão um futuro promissor, segundo Telma Sobrinho. “Acreditamos que tão logo esses profissionais sejam diplomados, eles serão absorvidos pelo mercado de trabalho, porque existem vagas, o que faltam são profissionais qualificados”, conclui.

Conforme dados do Sistema e-MEC, existem 49 cursos de bacharelado em Biblioteconomia em funcionamento (43 presenciais e 6 EaD), ofertando um total de 6.921 vagas (2.921 presenciais e 4.000 EaD).

Até o final deste ano, 17 cursos na modalidade EaD (14 em IPES e três em instituições privadas) deverão ser iniciados, com oferta de 4.050 vagas. Ao todo, serão 10.971 vagas em cursos de bacharelado em Biblioteconomia no país. “Desejamos uma excelente graduação aos alunos do BibEaD, futuros bibliotecários. Que todos tenham capacidade de admitirem suas limitações e também de aceitarem o desafio de transpor as barreiras que sempre insistirão em se impor diante da vida pessoal, acadêmica e profissional”, finaliza Miranda.

ADAPTAÇÃO

BIBLIOTECÁRIOS ENFRENTAM PANDEMIA COM CRIATIVIDADE E DEDICAÇÃO

Por meio de atividades e projetos inovadores, profissionais levaram bibliotecas para dentro da web



Fotos: divulgação

Na Biblioteca Benedito Leite, a segunda mais antiga do país, o acervo digital contribuiu para atendimento aos usuários durante a pandemia



Embora ainda não seja possível mensurar quais consequências a pandemia legará à posteridade, existe desde já a certeza de se tratar de um momento histórico. Individual e coletivamente, a crise sanitária impôs mudanças no modo de vida, tanto no que diz respeito às relações pessoais quanto às rotinas de trabalho, além da forma como consumimos produtos e informações.

As bibliotecas, que tradicionalmente pressupõem presença física e manuseio de livros, foram obriga-

das a fechar as portas, o que levou os gestores e profissionais atuantes nesses espaços a recorrerem às mídias digitais para que a busca do conhecimento e as trocas sociais comuns entre os aficionados pela leitura não fossem interrompidas. E soluções criativas não faltaram.

MAIS TEMPO DISPONÍVEL

As restrições ao contato físico, a partir de março de 2020, não significaram a paralisação do trabalho nas bibliotecas. Pelo contrário, a

partir daquele momento, além de terem encarado o desafio de manter os espaços em funcionamento, as equipes puderam se dedicar a outras tarefas que, por falta de pessoal, muitas vezes se acumulavam.

Detentora de um patrimônio bibliográfico único, que inclui mais de 140 mil itens, a Biblioteca Pública Benedito Leite, no Maranhão, é considerada a segunda mais antiga do país – foi criada em 3 de maio de 1831. Lá, os primeiros meses de pandemia foram dedicados a replanejar o trabalho previsto para 2020.

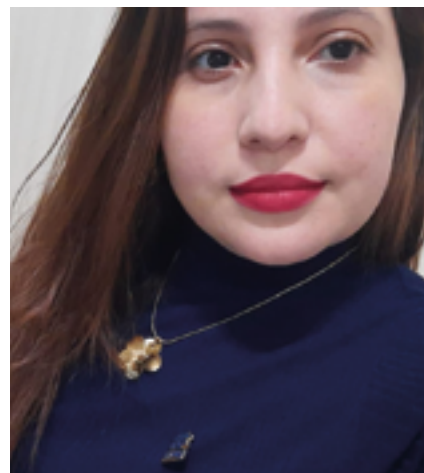


Bibliotecária Aline Nascimento, coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão

A biblioteca deixou de atender o público presencialmente entre 16 de março e 8 de junho. Nesse período, foi elaborado um protocolo rigoroso de combate ao coronavírus, o que permitiu o rápido retorno do atendimento presencial sem que fossem registrados, até o momento, casos de infecção dentro da instituição. “Além disso, aproveitamos para

fazer um inventário e organizamos o acervo, além de termos nos dedicado a tarefas normalmente deixadas para segundo plano quando estamos atendendo ao público presencialmente. E incrementamos o acervo digital, o que tem nos ajudado muito a dar sequência ao serviço prestado aos usuários durante a pandemia”, conta a bibliotecária Aline Nascimento, que, além de dirigir a biblioteca, é coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão.

A investida no ambiente on-line se deu por meio da inauguração, no perfil do [Instagram](#), do quadro “Autores Maranhenses Contemporâneos e suas Obras”, destinado a colocar em evidência escritores de diferentes regiões do estado, e da indicação de obras para crianças, jovens e adultos. O grande destaque, no entanto, foi a campanha: “Qual livro você está lendo?”. Durante 70 dias ininterruptos, cada participan-



Bibliotecária Mestra Cristiane M. T. Girard, diretora do SIBI/UNIR

te contou qual livro estava lendo e desafiou outra pessoa a fazer o mesmo. A iniciativa despertou o interesse de jornalistas, gestores públicos, integrantes de grupos de leitores e artistas diversos, entre outros segmentos da população local. “O engajamento foi tão grande que registramos cerca de 110 mil visualizações no período”, informa Aline.



Sibi/Unir é composto pela Biblioteca Central e por oito bibliotecas setoriais



Crianças participam do evento Bate-papo com o Autor, realizado pela Rede Baixada Literária, antes da pandemia

IMPACTOS PARA A COMUNIDADE

Nas unidades que constituem o Sistema de Bibliotecas da Fundação Universidade Federal de Rondônia ([Sibi/Unir](#)), foram mantidas as atividades possíveis de realização de forma remota, como ajustes no módulo Biblio-

teca do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, levantamento bibliográfico, preenchimento de fichas catalográficas, treinamentos internos e para comunidade em geral (atingindo mais de 5 mil pessoas capacitadas só no primeiro semestre de 2021), gestão de sistemas institucionais, emissão de nada consta e orientações aos usuários.

Conforme explica a bibliotecária Cristiane M. T. Girard, diretora do Sibi/Unir, a partir do segundo semestre de 2020, com a viabilização do ensino remoto emergencial (ERE), foi implementado o serviço de agendamento de atendimento ao público da comunidade acadêmica e, já em 2021, foi possível elaborar uma escala para atender às demandas do trabalho técnico e a continuidade do atendimento presencial via agendamento.

O Sibi/Unir é composto pela Biblioteca Central e por oito bibliotecas setoriais localizadas em municípios onde a Unir está presente. Todas oferecem acesso livre à comunidade. O acervo é composto por mais de 73 mil volumes, que incluem livros, periódicos e trabalhos de conclusão de cursos, entre outros títulos.

PAPEL SOCIAL AMPLIADO

No município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, a equipe da Rede Baixada Literária – um coletivo de 17 bibliotecas comunitárias dirigido por 21 mulheres que atuam em favor da democratização do acesso ao livro, à leitura e à literatura – aproveitou o período de atendimento remoto para realizar capacitações individuais e coletivas que proporcionassem o aprimoramento das práticas adotadas nos espaços.



A médica psiquiatra Jaqueline Bifano explica os efeitos da pandemia na saúde dos indivíduos

POSSÍVEIS IMPACTOS EMOCIONAIS E FÍSICOS DURANTE PANDEMIAS

Consequências emocionais	Consequências físicas
<ul style="list-style-type: none"> • Sensação de perda de controle; • Angústia por não saber o que pode acontecer; • Vergonha de precisar de ajuda; • Raiva dos próprios sentimentos; • Insegurança; • Agitação; • Passividade; • Irritabilidade e variações de humor; • Crises de ansiedade; • Alterações no sono; • Tristeza e melancolia; • Sensação de vazio; • Solidão; • Baixa concentração; • Sentimento de impotência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento ou perda de peso; • Lombalgias e dores musculares em decorrências de tensões; • Hipertensão; • Enxaqueca e dor de cabeça; • Aumento da ingestão de bebidas alcoólicas; • Consumo exagerado de alimentos industrializados e processados; • Redução da prática de atividades físicas/ sedentarismo; • Sensação de dor no peito; • Baixa da imunidade; • Dor ou dificuldade para urinar; • Diarreia ou prisão de ventre; • Queimação no estômago e úlceras gástricas.

Segundo Isadora Cristal Escalante, uma das integrantes do coletivo, foram também articuladas parcerias com diversos atores dentro e fora do município e elaborados projetos para fortalecer a mobilização de recursos e a sustentabilidade da Rede no pós-pandemia. Somado a isso, o grupo se mobilizou para enfrentar outras consequências da pandemia. “Com o aumento do desemprego, a fome disparou e afetou praticamente todas as famílias que atendíamos. Compreendemos que as bibliotecas deveriam estar ali para ser um suporte”, relata. No segundo semestre de 2020, durante três meses, a equipe se dedicou a um trabalho assistencial nas comunidades assistidas, onde foram entregues cestas básicas.



Psicóloga Adriana Moreira fala sobre possíveis impactos do isolamento para bibliotecários

SAÚDE DURANTE A PANDEMIA

A psiquiatra Jaqueline Bifano explica que os brasileiros foram especialmente afetados pela pandemia pelo fato de, culturalmente,

Divulgação/Ascom

já se constituírem como um povo ansioso. Não por acaso, a mudança abrupta decorrente das restrições ao convívio social trouxe consequências tanto para a saúde física quanto mental de muitas pessoas. “O medo de contrair o vírus e de ver pessoas queridas irem embora, a incerteza quanto ao próprio futuro profissional, a insegurança relacionada ao tempo em que permaneceremos nessa situação e, principalmente, o fato de não podermos conviver de perto com colegas, familiares e amigos tornaram-se gatilhos para a ansiedade, a melancolia e a depressão. E esse sentimento atinge crianças, jovens, adultos e idosos”, explica a médica. O desgaste mental mais severo pode, inclusive, acarretar adoecimento físico e desencadear sintomas de enxaqueca e hiper-

tensão, entre outras patologias, ainda conforme a especialista.

No caso dos bibliotecários – que, além de lidarem com o público, difundem o acesso à leitura, uma importante forma de ampliar o conhecimento e acalmar a mente –, o sentimento de frustração proveniente do isolamento imposto por uma pandemia pode ser particularmente intenso, acrescenta a psicóloga e especialista em gestão de pessoas Adriana Moreira. Ao serem privados do contato presencial com o público, os bibliotecários podem experimentar a perda da conexão entre profissional e cliente. “Há também a sensação de insegurança frente ao seu formato anterior de trabalho, tendo em vista as alterações no comportamento dos clientes em todas as áreas”, comenta a psicóloga.

Para Isadora Escalante, esse impacto é percebido claramente em

razão do público-alvo das bibliotecas comunitárias ser constituído, na maior parte, por crianças. “Os abraços que recebemos, os desenhos e ilustrações feitos com carinho sempre deram um gás para continuarmos na luta pelo que acreditamos. O isolamento, o distanciamento dos leitores, o acúmulo de tarefas e a situação vivida pelo Brasil, de forma geral, trouxeram muita angústia e ansiedade para todas as integrantes da equipe”, conta.

AUTOCONHECIMENTO

A psicóloga Adriana Moreira observa que manter a saúde durante uma pandemia pressupõe autoconhecimento para entender os próprios sentimentos e recalculando a rota, atualizar a forma de pensar e atuar, quando necessário.

Para a psiquiatra Jaqueline Bifano, é importante que o in-



Precisamos aceitar que teremos uns dias melhores que outros”

divíduo se mantenha atento ao que pode fazer por si mesmo e pela sociedade: “A vacina chegou como uma luz no fim do túnel e, ao usarmos máscara e álcool em gel e respeitarmos o distanciamento social, estamos, de alguma forma, fazendo com que a nossa rotina seja retomada aos poucos. Dessa forma, o medo e a ansiedade não persistirão.”

DICAS PARA CUIDAR DA SAÚDE DA MENTE E DO CORPO



Freepik

- Mantenha os cuidados pedidos pelas agências sanitárias mundiais, como a vacinação, o uso de máscara, álcool 70% e distanciamento social;
- Mantenha uma rotina de alimentação, estabeleça horários e uma dieta de qualidade;
- Não leia *fake news* e evite notícias pesadas, principalmente antes de se deitar para dormir;
- Tire um espaço no dia para realizar tarefas prazerosas;
- Foque a mente em pequenas metas possíveis de serem executadas.

PLS 28/2015

POR QUE UMA POLÍTICA NACIONAL DE BIBLIOTECAS NO BRASIL?

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (Presidente do CFB – CRB-7/4166) e
Dalgiza Andrade Oliveira (Vice-presidente do CFB – CRB-6/1577)

Ao longo da história, coube às bibliotecas abrigarem o legado do conhecimento da humanidade. Com o crescente avanço tecnológico, porém, o acesso à informação e ao conhecimento tornou-se mais ágil, sendo preciso repensar esses conceitos considerando-se a dimensão política como *locus* de relações, intervenções e empreendimentos.

Entende-se que o desenvolvimento e a independência do indivíduo são favorecidos por meio do acesso à informação e de sua dimensão social, que promovem a integração entre as pessoas e aumentam o nível de conhecimento, de comunicação, de educação e de cultura.

Vale destacar que o direito à informação e ao conhecimento é dever do Estado. Por isso, a formulação de uma política nacional de bibliotecas tem como ponto de partida o reconhecimento das necessidades de conhecimento que os membros de um corpo social possuem, seja para tomada de decisão ou para obter novas informações, de forma individual ou institucional.

O valor das bibliotecas reside na formação do indivíduo e no desenvolvimento do corpo social, bem como nos serviços prestados à comunidade, tais como educação para todos, aprendizado ao longo da vida, conservação dos ideais democráticos e inclusão social. Isso mostra a importância de se promover uma ampla discussão para estabelecer um conjunto de propostas para elaboração do Plano Nacional Setorial de Bibliotecas (PNSB) – o qual deve se integrar ao Plano Nacional de Cultura (PNC) e

ao Plano Nacional de Educação (PNE), como os demais planos nacionais setoriais culturais e educacionais.

Feito esse movimento, entende-se como prioritário delinear uma política de bibliotecas para o país, com a participação de representantes da sociedade civil, das áreas cultural, científica e educacional e, principalmente, da área biblioteconômica.

Uma Política Nacional Setorial de Bibliotecas deve estar centrada em aspectos como o desenvolvimento sociocultural da população, a conservação da democracia cultural, a vigência do princípio da liberdade de criação e a consolidação da identidade nacional. Deve se dar em meio a um plano de desenvolvimento do livro, das bibliotecas, da leitura e do acesso à informação em suas mais diversas naturezas: históricas, sociais, políticas, econômicas, científicas, educacionais, esportivas, cotidianas, culturais etc. Além disso, deve emanar os direitos dos cidadãos, sendo o resultado dos pontos de convergências entre as demandas cultural, educacional e da política de informação do país.

Para operacionalizar tal política, seria necessário um Fórum Nacional de Bibliotecas, um trabalho em torno de eixos gerais, aqui denominados de Eixos Programáticos, e eixos específicos, denominados Eixos Setoriais.

Os Eixos Programáticos deveriam ser: (a) gestão e configuração do campo biblioteconômico; (b) democratização e acesso à informação e ao conhecimento; (c) formação e capacitação

de recursos humanos; (d) informatização de bibliotecas; (e) modernização de infraestruturas biblioteconômicas; (f) financiamento e fomento para bibliotecas; e (g) formação e desenvolvimento de coleções e acervos.

Já como Eixos Setoriais: (a) bibliotecas infante-juvenis; (b) bibliotecas escolares; (c) bibliotecas comunitárias; (d) bibliotecas públicas; (e) bibliotecas universitárias; (f) bibliotecas especiais; (g) bibliotecas de artes; (h) bibliotecas militares; (i) bibliotecas etnográficas; (j) bibliotecas digitais; (k) bibliotecas de ciência e tecnologia; e (l) bibliotecas médicas.

A elaboração do PNSB representará um marco na história do desenvolvimento do campo biblioteconômico brasileiro. Pela primeira vez seriam criados um planejamento e uma agenda política da área de forma coletiva e participativa para indicar quais caminhos seguir para atingir o desenvolvimento cultural e educacional do país.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 28/2015, de autoria do ex-senador Cristovam Buarque (Cidadania-DF), deu início a essa discussão no Brasil. O texto-base foi desenhado a partir de uma comissão criada durante a 16ª gestão do CFB (2013 – 2015) e aprovado na plenária do Conselho. O projeto, então, passou por consulta pública e discussão em seminários regionais antes de seguir para votação na Câmara dos Deputados.

A matéria foi aprovada novamente em audiência pública, com a participação de entidades de classe da Biblioteconomia, professores, pesquisadores e representantes da sociedade civil. No entanto, encontra-se estacionada desde 19 de junho de 2019, quando o relator da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador José Serra, incluiu uma emenda para tratar da origem dos recursos para execução das medidas previstas.

O PLS encontra amparo na Constituição Federal, segundo a qual é dever do Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos

culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Além disso, consta a determinação de que a administração deve garantir, apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais (art. 215).

Mas não é de hoje que as lacunas e inconsistências legislativas prejudicam o bom funcionamento das bibliotecas. A primeira legislação a regulamentar a área foi o Decreto nº 7.247/1879, ainda no período imperial, que, no art. 7º, determinou que seriam “*creadas nos diferentes districtos do mesmo municipio pequenas bibliothecas e museus escolares*” (sic). As demais modalidades de bibliotecas não mereceram menção nessa lei, nem em outras, por décadas.

O ordenamento jurídico nacional voltou a tratar do assunto apenas na Lei nº 10.753/2003, que estabeleceu a Política Nacional do Livro. Entretanto, as referências sobre as bibliotecas se restringem aos estabelecimentos públicos e acabou-se por promover uma discriminação: ao estabelecer que o livro não é considerado material permanente nas bibliotecas públicas, gerou-se uma expectativa enorme nas demais que não se encaixam nessa definição.

Portanto, um dos dispositivos do PLS visa estender essa distinção para todas as bibliotecas. Em outras palavras, determina que quaisquer itens dos acervos, para efeitos contábeis e patrimoniais, não sejam considerados como materiais permanentes.

A regulamentação mais recente surgiu com a Lei nº 12.244/2010, que dispôs sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino – e mesmo assim de forma parcial.

Além de definir a biblioteca escolar como coleção de livros e outros materiais, a lei não se refere às condições materiais que permitiriam a estruturação SF/15592.77700-00 para vislumbrar a realização de projetos técnicos, como seriam as ações instrumentais de organização, tratamento e controle de documentos e informações. Tampouco estabelece políticas

relacionadas aos ideais de reprodução e transformação das realidades sociais concretas e apenas tangencia a dimensão social, isto é, as práticas de inclusão.

Outra norma que passa ao largo da questão das bibliotecas é a Lei nº 12.343/2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Desta constam apenas diretrizes e metas, mas não providências concretas para dotar o país de uma efetiva política nacional de bibliotecas.

Na esfera das normas infralegais, existem alguns decretos que dizem respeito às bibliotecas, mas nenhum é abrangente o suficiente para criar as condições propícias para que esse equipamento cultural contribua com o desenvolvimento do Brasil. Pode-se citar, por exemplo, o Decreto nº 520/1992, que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – que se refere apenas aos estabelecimentos públicos.

Também de natureza específica é o Decreto nº 8.297/2014, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional. Esse decreto é regulamentador, ou seja, o Poder Executivo tem o poder de editá-lo, conforme a autorização legislativa que lhe foi outorgada.

Já o Decreto nº 7.559/2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), embora trate das bibliotecas, lida com

o tema de maneira genérica.

Diante da inexistência de um texto legal que contemple aspectos teóricos essenciais sobre a concepção e as responsabilidades técnicas, políticas e sociais das bibliotecas como equipamentos de cultura e de educação a serviço da sociedade, o PLS em questão preenche essa lacuna.

Além de acentuar as especificidades que individualiza as bibliotecas no tocante a acervo e suportes materiais e imateriais, o projeto propõe definições para todas as tipologias, quais sejam: pública, especializada, escolar, universitária, comunitária, especial ou nacional. Nessa proposição, vale-se dessas contribuições, considerando-se que os acervos podem estar contidos em quaisquer suportes, sejam eles materiais ou imateriais.

Por fim, para que o Brasil possa avançar no campo da disseminação dos bens simbólicos, propõe-se a adoção de uma nova norma. Isso deixará o país mais próximo a outras nações que já adotaram dispositivos semelhantes, como Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Portugal, Grã-Bretanha, Alemanha, Canadá e França.

Na esperança de proporcionar cada vez mais o acesso à cultura, à educação, ao conhecimento técnico e à ciência, evoca-se o apoio dos pares para a campanha em favor da aprovação dessa proposição.

NAS MÍDIAS

Fique por dentro das informações e eventos do CFB:



@cfb_biblioteconomia



@conselhofederaldebiblioteconomia



@SistemaCFB



cfb.org.br



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

NAS MÍDIAS

Fique por dentro das informações e eventos do CFB:



@cfb_biblioteconomia



@conselhofederaldebiblioteconomia



@SistemaCFB



cfb.org.br